

## ASPECTOS SINTÁTICOS DAS LÍNGUAS PORTUGUESA, KOKAMA E APINAJÉ: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS

Altaci Correa RUBIM<sup>1</sup>  
Severina Alves de ALMEIDA<sup>2</sup>  
Jeane Alves de ALMEIDA<sup>3</sup>  
Ângela Maria SILVA<sup>4</sup>  
Denyse Mota da SILVA<sup>5</sup>

### RESUMO

A questão indígena, notadamente em relação às línguas maternas de cada povo, constitui-se em motivo de debates e pesquisas envolvendo as mais variadas instâncias da academia. Sendo assim apresentamos esse ensaio que aborda os aspectos sintáticos das línguas indígenas Kokama e Apinajé e também da língua portuguesa. O objetivo foi, mediante uma pesquisa teórica, dar visibilidade a essas etnias, as quais, mesmo diante de uma realidade que desconsidera os aspectos subjetivos dos indígenas brasileiros, buscam formas de prevalência de suas exterioridades, sendo a língua uma das formas mais salutares de fortalecimento de uma cultura. Afinal, língua e cultura estão intrinsecamente relacionadas, de tal forma que é praticamente impossível a existência de uma língua sem uma cultura que lhes conceda uma identidade. Mesmo diante das idiosincrasias de cada povo e de suas peculiaridades linguísticas e culturais, os Kokama, os Apinajé e os demais brasileiros falantes da língua portuguesa têm na sintaxe de suas línguas aspectos convergentes, na medida em que a estrutura frasal de cada uma destas dialogam interculturalmente.

Palavras chave: Língua Indígena. Kokama. Apinajé. Língua Portuguesa. Sintaxe.

## SYNTACTIC ASPECTS OF THE PORTUGUESE LANGUAGES, KOKAMA AND APINAJÉ: INTERCULTURAL DIALOGUES

### ABSTRACT

The indigenous question, especially in relation to the mother tongues of each people, is a reason for debates and research involving the most varied instances of the academy. Thus we present this essay that deals with the syntactic aspects of the Kokama and Apinajé indigenous languages as well as the Portuguese language. The objective was, through a theoretical research, to give visibility to these ethnic groups, which, even in the face of a reality that disregards the subjective aspects of the Brazilian natives, seek forms of prevalence of their exteriorities, being the language one of the most salutary forms of strengthening Of a culture. After all,

<sup>1</sup> Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSA/UFAM (2011) e Doutora em Linguística-PPGL/UnB (2016). É professora-pesquisadora - Secretaria Municipal de Educação de Manaus-AM, pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA/UEA e no Lexterm (UnB). E-mail: [altacirubim@gmail.com](mailto:altacirubim@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de Língua e Literatura; Doutora em Linguística; Professora Titular da Faculdade de Ciências Tocantins FACIT; Pesquisadora CNPQ grupo de pesquisa da Universidade de Brasília SOLEDUC; Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Línguas Indígenas LALI Universidade Federal do Tocantins UFT. E-mail: [sissi@faculdadefacit.edu.br](mailto:sissi@faculdadefacit.edu.br).

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999); Doutora em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003); Pós doutora pela Universidade de São Carlos (2005). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: [jeaalmeida87@gmail.com](mailto:jeaalmeida87@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestre em Educação; Pedagoga; Bacharel em Odontologia; Diretora geral da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT. e-mail: [angela\\_ortoface@hotmail.com](mailto:angela_ortoface@hotmail.com).

<sup>5</sup> Doutoranda em Letras no Programa de Pós Graduação em Letras PPGL da Universidade Federal do Tocantins UFT. Mestre em Letras; Coordenadora de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT; Professora de Língua Portuguesa. e-mail: [denysemota@hotmail.com](mailto:denysemota@hotmail.com).

language and culture are intrinsically related, in such a way that it is practically impossible to have a language without a culture that gives them an identity. Even in the face of the idiosyncrasies of each people and their linguistic and cultural peculiarities, the Kokama, the Apinajé and the other Brazilian speakers of the Portuguese language have in the syntax of their languages convergent aspects, inasmuch as the phrasal structure of each of these dialogues interculturalally .

**Keywords:** Indigenous language. Kokama. Apinajé. Portuguese language. Syntax.

## **Introdução**

O Brasil, ao contrário do que reza o senso comum, é de um país multilíngue. O idioma português é apenas a língua oficial. Além desta, temos as línguas faladas pelos imigrantes que aqui chegaram para trabalhar na lavoura e também as línguas nativas dos povos que já habitavam essas terras antes da chegada dos europeus. Segundo Rodrigues (2010), há pelo menos 220 outras línguas que são faladas pelas famílias brasileiras, de forma regular, como uma segunda língua que se fala em casa, ou às vezes, até como primeira língua, por exemplo, espanhol, alemão, italiano, romeno, sírio, krahô, waiâpi, kaingng, tikuna, makuxi, apianjé, etc. As cinco primeiras são línguas trazidas para o Brasil no início da colonização, e as outras seis já eram faladas no País antes da chegada dos colonizadores.

Com efeito, na época em que os europeus chegaram ao Brasil falava-se mais ou menos 1.500 (mil e quinhentas) línguas indígenas, mas atualmente fala-se cerca de 200, conforme Rodrigues (2010). Para Teixeira (2000), apesar do violento processo de destruição a que foram submetidos, ainda hoje

há grupos indígenas que só falam sua língua materna, enquanto há outros que já perderam a língua materna e só falam o português. Nesse sentido, e considerando a interculturalidade presente nas línguas faladas no Brasil, desenvolvemos este trabalho, que tem o objetivo de apresentar um estudo sobre os aspectos sintáticos da Língua Portuguesa, e das Línguas Indígenas Kokama e Apinajé.

### **1. Aspectos da Língua Portuguesa: Predicação e classes de predicadores verbais**

Segundo Brito e Duarte (2003), a comunicação e a interação verbais processam-se pela produção e pela compreensão de enunciados (porções de discurso emitidas pelos falantes em determinados contextos discursivos e situacionais). Para contextualizar tal afirmação, as autoras explicam que os enunciados podem ser organizados em frases simples e complexas ou em categorias não frásicas, ou seja, enunciados fragmentários. Como exemplo deste último, apresentam as frases: (B2) (a) Bom dia! (b) Santinho! (c) A conta, se faz favor e, como exemplo do primeiro: (a) O Lobo perseguiu os três porquinhos. O Lobo disse à Raposa que havia de

comer os três porquinhos.; (d)Os três porquinhos fugiram para a casa de tijolo, que era a mais sólida das três.

Segundo as pesquisadoras, apesar da sua variedade formal, todos os enunciados se caracterizam por terem significância informacional. Em todos eles se estabelecem relações sistemáticas entre formas linguísticas e objetos e situações do mundo extralinguístico. Assim, o conteúdo dos enunciados pode ser proposicional verdadeiro ou falso, dependendo do universo de referência. Sendo assim, certas frases não chegam a constituir proposições interrogativas ou exclamativas. Mas, em todas elas se estabelecem relações entre elementos, se atribuem propriedades a entidades reais ou fictícias. Quer dizer, em todas as frases há, de um ou outro modo, relações de predicação.

Brito e Duarte (2003) refletem sobre a ambiguidade da palavra predicado, que pode ter duas acepções. Na acepção sintática, consideramos o predicado sintático, ou seja, aquele que só existe em função de um sujeito. Na acepção semântica, o predicado refere-se à noção semântica de predicado, predador ou palavra predicativa, recobrindo toda e qualquer palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria.

Sobre a Estrutura argumental e papéis temáticos, Brito e Duarte (2003) enfatizam que os verbos são, nas línguas naturais, as palavras predicativas por excelência, mas há outras

palavras que têm igualmente estrutura argumental ou grelha temática. Ressaltam, ainda, que para descrever a estrutura argumental de uma palavra predicativa, é necessário ter em conta a distinção entre argumentos e adjuntos (modificadores ou circunstantes).

Em seguida, para explicar os argumentos, as autoras comentam que é útil distinguir os argumentos em verdadeiros argumentos, argumentos por defeito e argumentos sombra. Exemplificam cada um, conforme os exemplos selecionados abaixo:

(6). Verdadeiros argumentos. (Realização sintática obrigatória).

(a) [Os atletas] treinaram ontem à noite.

(b) [Os atletas] partiram [para Estocolmo] ontem à noite.

(c) [Os atletas] comeram [bife grelhado] ontem à noite.

(7). Argumentos por defeito. (Participam na descrição do significado da palavra predicativa).

(a) O Paulo gravou o ficheiro *num CD*.

(b) O arquiteto construiu a marquise *com tijolos de vidro*.

(8). Argumentos sombra. (Estão semanticamente incorporados na palavra predicativa).

(a) Chovia *uma chuva miudinha*.

(b) A vítima chorou *lágrimas de raiva*.

Nos exemplos 6, as expressões entre parênteses retos são verdadeiros argumentos das palavras predicativas sublinhadas. Os argumentos por defeito e os argumentos sombra não são de realização sintática obrigatória. Os argumentos por defeito designam argumentos que participam na descrição do significado da palavra predicativa. (Exemplo 7). Os argumentos sombra estão semanticamente incorporados na palavra predicativa, mas podem aparecer autonomizados, como acontece com as expressões em itálico. (Exemplo 8).

O tópico seguinte destina-se a explicar que existem verbos com zero argumentos, com um argumento (predicados unários), com dois argumentos (predicados binários) e com três argumentos (predicados ternários).

Com efeito, para descrever a estrutura argumental de um verbo, é necessário levar alguns aspectos em consideração. 1º Aspecto: respeitar a estrutura argumental do predicador verbal. Quando isso não é respeitado, a frase é considerada malformada, agramatical; 2º Aspecto: observar a seleção categorial. Frases que respeitem o número de argumentos exigidos por um verbo, mas não respeitem suas propriedades de seleção categorial, são agramaticais; e, 3º Aspecto: observar o papel

temático ou semântico que cada argumento selecionado pelo verbo tem. Quando as propriedades de seleção semântica do verbo não são respeitadas, a frase é agramatical.

Após especificarem os aspectos necessários à descrição da estrutura argumental de um verbo, Brito e Duarte (2003) argumentam que a lista mínima de papéis temáticos relevantes para a descrição da estrutura argumental dos verbos da língua portuguesa inclui os papéis de Agente, Fonte, Experienciador, Locativo, Alvo e Tema. Após isso, procedem a explicação de cada um.

(15). Agente: entidade controladora, tipicamente humana, de uma dada situação.

(a) A Maria telefonou; (e) O terrorista assassinou o político.

(20). Fonte: entidade que está na origem de uma dada situação, embora sem a controlar.

(c) O vento partiu o vidro da janela;

(d) A Maria recebeu uma carta da Fundação *Gulbenkian*.

(21). Experienciador: entidade que é a sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação.

(a) O João gosta da Maria; (b) Os meninos temem a tempestade.

(22). Locativo: argumento que exprime a localização espacial de um dada entidade.

(a) O Luís mora em Paris; (b) A água borbulha na chaleira.

(23). Alvo: entidade para a qual algo foi transferido, num sentido locativo ou não.

(a) O Luís ofereceu o disco ao amigo; (b) A vendedora vendeu o livro à minha amiga.

(24). Tema: entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, em frases que descrevem situações dinâmicas. O argumento com este papel pode designar uma entidade criada pela atividade expressa pelo verbo ou afetada por tal atividade.

(a) Beethoven compôs nove sinfonias; (b) A Ana escreveu um romance;

(d) O vento partiu o vidro da janela; (e) O fumo amareleceu os cortinados.

(f) O menino caiu da cama.

Assim, os verdadeiros argumentos são aqueles que devem estar sintaticamente realizados.

## 2. Os Kokama: Aspectos sócio-históricos

Habitantes do Solimões, o contato dos Kokama com a sociedade não-indígena remonta às primeiras décadas da colonização. Os aldeamentos e deslocamentos forçados, impostos primeiramente pelas missões e depois pelas frentes extrativistas, acabaram criando um

contexto tão adverso de reprodução física e cultural desses grupos, que lhes suscitou a negação da identidade indígena por muitas décadas. Desde os anos de 1980, porém, a identidade Kokama vem sendo cada vez mais valorizada no contexto de suas lutas políticas – que incluem outros povos indígenas do Solimões – por terras e acesso a programas diferenciados de saúde, educação e alternativas econômicas (ISA, 2006)<sup>6</sup>.

A população Kokama conhecida no Brasil, segundo o registrado no “Prêmio Culturas Indígenas” do Ministério da Cultura, edição, 2008, pela Organização Geral das comunidades Indígenas do Povo Kokama (OGCCIPK) apresenta o quantitativo de 85 comunidades, com uma população de 14.314 (SIASI/SESAI, 2014) indígenas habitantes da região do Alto Solimões. Os Kokama no Brasil estão localizados em municípios do interior do Brasil estado do Amazonas, como Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Fonte Boa, e Jutai, Tefé e também em Manaus, além de se encontrarem no Peru e na Colômbia. Nesses países a Língua Kokama, assim como no Brasil, está em processo de fortalecimento, sendo mais falada por idosos.

Historicamente, as primeiras referências aos Kokama, fornecidas por exploradores e

<sup>6</sup> Povos Indígenas no Brasil. Texto produzido a partir dos relatórios de Ramos (2003) e Freitas & Coutinho (1999). O último está baseado em Agüero (1994) [pib@socioambiental.org](mailto:pib@socioambiental.org) fevereiro, 2006.

missionários nos séculos XVI e XVII, situam os seus principais assentamentos no médio e baixo rio Ucayali, afluente meridional do Amazonas peruano. No início do século XVI, os Kokama que viviam nessa região mantendo contato com Juan de Salinaso, primeiro europeu a alcançá-los. A expedição de Ursua e Aguirre ao Amazonas no período 1560-1, narrada pelo capitão Altamirano, informa o encontro com esses índios na foz do Ucayali. Na região próxima ao alto rio Amazonas, incluindo o Marañón, baixos Huallaga e Ucayali e o rio Napo, a conquista missionária já havia atingido os Omágua (Kambeba) e Kokama desde 1547 (ISA, 2006)<sup>7</sup>.

Ainda de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2006), uma frente missionária jesuítica estabelece-se na Amazônia de forma mais contundente, através da atuação dos padres Samuel Fritz e Richler, que deram início aos trabalhos de catequese junto aos Omágua, Assuare, Ibanoma, Taumã, Xebeco e Kokama. Em território brasileiro a missão de San Joaquin de Omágua, coordenada por Fritz, estabeleceu-se no Putamayo (Içá) e vinte e sete outras foram fundadas durante as décadas seguintes. Por largo espaço de tempo os jesuítas detiveram uma posição privilegiada na formulação e execução da política indígena nos territórios da América, assim como foram os

<sup>7</sup> Povos Indígenas no Brasil. Texto produzido a partir dos relatórios de Ramos (2003) e Freitas & Coutinho (1999). O último está baseado em Agüero (1994) [pib@socioambiental.org](mailto:pib@socioambiental.org) fevereiro, 2006.

principais responsáveis, nesse momento, pela concentração dos diferentes grupos étnicos nos aldeamentos missionários (ISA, 2006)<sup>8</sup>.

Segundo esse mesmo órgão, em fins do século XVII e início do XVIII, os portugueses avançam rumo ao rio Amazonas. Com a transmissão de poder das missões jesuítas espanholas para os carmelitas portugueses, em 1710 inicia-se o período das chamadas “Tropas de Resgate” portuguesas que, por meio de incursões devastadoras, penetram na zona das missões, provocando o seu abandono e a retirada dos sobreviventes. Todavia, no século XIX, a legislação imperial permanece anti-indígena, estabelecendo proibições formais, incentivos oficiais para a escravização dos índios e a organização de ações armadas destinadas ao alargamento da colonização nas áreas por eles ocupadas. No período de 1750-1850, todas as informações disponíveis sobre a situação das povoações do alto Amazonas são concordantes em relatarem a instabilidade dos núcleos indígenas, que sofreriam bruscas variações populacionais.

O processo de extração da borracha introduziu na região novos interesses, técnicas e modos de ser. A situação posterior a 1870 implica novas formas de pressão sobre os grupos indígenas do alto Amazonas. Seringueiros e castanheiros, nesse momento, ocupavam áreas

<sup>8</sup> Povos Indígenas no Brasil. Texto produzido a partir dos relatórios de Ramos (2003) e Freitas & Coutinho (1999). O último está baseado em Agüero (1994) [pib@socioambiental.org](mailto:pib@socioambiental.org) fevereiro, 2006.

cada vez mais extensas, chegando às regiões onde viviam grupos indígenas que até então viviam de acordo com sua economia tradicional, baseada na agricultura, caça e pesca.

Ademais, o extrativismo necessitava da incorporação de novas áreas de terra e do alargamento da mão-de-obra disponível, já bastante escassa após a abolição da escravatura em 1888, e a região próxima ao rio Solimões constituía-se em um razoável reservatório natural de seringa. Todavia, com a queda dos preços internacionais da borracha no início do século XX, os padrões da borracha passam a utilizar a mão-de-obra indígena na extração de madeira, na agricultura, na produção de farinha, na caça de animais com peles de valor comercial e na pesca (ISA, 2006)<sup>9</sup>.

Não obstante, no princípio do século XX, a população Kokama que habitava o Amazonas peruano, nas proximidades da cidade de Caballocha, começa um movimento continuado de migração rumo ao alto Solimões, no Brasil. Porém, a maior parte do grupo, certamente, ainda permaneceu no território de origem, sendo citados em 1936 aldeamentos kokama localizados no Ucayali entre as cidades de Iquitos e Contamana, bem como no baixo curso do rio Tapiche. Segundo documento de 1943, aqueles que haviam imigrado para o território brasileiro ao longo do Solimões fixavam-se,

<sup>9</sup> Povos Indígenas no Brasil. Texto produzido a partir dos relatórios de Ramos (2003) e Freitas & Coutinho (1999). O último está baseado em Agüero (1994) [pib@socioambiental.org](mailto:pib@socioambiental.org) fevereiro, 2006.

entre outros locais, nos paranás de Tauaré, das Pannels e da Floresta (ISA, 2006)<sup>10</sup>.

Nesse sentido, fatores externos, como a inserção nas missões, em um primeiro momento da história do contato, aliada às frentes extrativistas que se instalaram na região do alto Amazonas alguns séculos depois, desencadearam o deslocamento de muitos grupos indígenas de suas áreas tradicionais. É também em decorrência das realidades sociais impostas que, em fins do XIX, parte dos Kokama desloca-se do Peru e Colômbia ao Brasil, inserindo-se no esquema de exploração da seringa (ISA, 2006)<sup>11</sup>.

## 2.1. Aspectos da Língua Indígena Kokama

Nesta subseção apresentamos brevemente aspectos da língua indígena Kokama, desenvolvidas a partir de dados coletados da gramática Kokama elaborada por Norma Faust, (1972) com os Kokama do Peru.

A língua Kokama foi classificada inicialmente como uma língua da família Tupi-Guarani e muito semelhante à língua dos Omáguas/Kambeba (RODRIGUES 1985). Entretanto Cabral (1995), com base nas considerações feitas por Rodrigues (1985), sobre a possibilidade da Língua Kokama ter resultado

<sup>10</sup> Povos Indígenas no Brasil. Texto produzido a partir dos relatórios de Ramos (2003) e Freitas & Coutinho (1999). O último está baseado em Agüero (1994) [pib@socioambiental.org](mailto:pib@socioambiental.org) fevereiro, 2006.

<sup>11</sup> Povos Indígenas no Brasil. Texto produzido a partir dos relatórios de Ramos (2003) e Freitas & Coutinho (1999). O último está baseado em Agüero (1994) [pib@socioambiental.org](mailto:pib@socioambiental.org) fevereiro, 2006.

de contato de falantes de uma língua próxima do Tupinambá e de falantes de uma língua Aruak, retoma a hipótese em sua tese de doutorado. A tese de Cabral (1995) defende a hipótese por meio do método histórico comparativo que a língua Kokama não se classifica como uma língua do tronco linguístico Tupi e sim, como do tipo “crioulo abrupto”, ou seja, um tipo de língua desenvolvido em situações de contato. Acredita-se que seja uma língua produto da interação de alguns grupos indígenas na região do alto Marañón, nas proximidades dos rios Huallaga, Napo e Ucayali.

Há um grupo de verbos que expressam o seu aspecto, em vez de sua função verbal, quando acompanham outro verbo, ou seja, quando funcionam como verbos auxiliares. Em Kokama esses verbos aparecem no mesmo lugar sintático dos sufixos de tempo. Quando aparecem ambos na mesma oração, os sufixos vão precedidos pelos verbos que expressam aspecto (FAUT, 1972).

**Utsu** ‘ir’ – aspecto de ir ou de uma ação que parte de uma pessoa.

Rana eju utsui. ‘Eles foram comer (mais cedo hoje).

Inu eju utsui.Lit.: ‘Eles comer ir’ (tempo pretérito imediato)

**Uri** ‘vir’ aspecto de vir, ou uma ação que se dirige a uma pessoa;

Rana eju uriui ‘Eles vieram comer’.

Inu eju uriui. Lit.: ‘Eles comer vir (tempo pretérito imediato)’.

**Juti** ‘estar’ aspecto temporal, ou de uma ação em processo;

Rana eju jutiui. ‘Eles estavam comendo’.

Inu eju jutiui. Lit.: ‘Eles comer estar (tempo pretérito imediato)’.

**Uikwa** ‘ir’ aspecto habitual

Rana eju uikwatsuri ‘Eles iam (habitualmente)comer (faz tempo);

Inu eju uikwatsuri. Lit.: ‘Eles comer ir (aspecto habitual, tempo pretérito remoto)’.

**Iara** ‘desejar’ aspecto desiderativo (expresso desejo ou vontade).

Rana eju iarui. ‘Eles desejam comer’.

Inu eju ijui. Lit.: ‘Eles comer desejar’(pretérito imediato).

### 3. Os Apinajé: Aspectos sócio-históricos

Os Apinajé são um povo indígena habitante na região norte do estado do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio. Com uma população de 2.282 indígenas distribuídos por 27 aldeias (ALMEIDA, 2015), o grupo busca mecanismos de preservação de suas língua e cultura, considerando uma situação de contato com a sociedade hegemônica desde o século XVIII.

Segundo Nimuendaju (1983.p. 8), o nome Apinajé (Apinayé) foi citado pela primeira vez por Souza Villa Real, em 1793, como Pinarés e Pinagés. Mais tarde prevalece a forma



Apinayé. Posteriormente, Fr. Rafael Tuggia o designa como Oupinagees. Ainda de acordo com Nimuendajú, nos anos 1930 esses indígenas se autodenominavam Apinajé. “Não tenho nenhuma explicação para esse nome. O sufixo pessoal, Yê”, dos dialetos dos Timbira Orientais soa como próprio Apinayé Ya”. O nome foi-lhe dado provavelmente por aqueles e não por ser autodenominação da tribo”. Para Albuquerque (2007), além do nome tribal Apinayé, existem outros, tanto na própria comunidade como entre os Timbira Orientais, derivados da palavra que significa “Canto” ou “Pontal”. Apinayé: ôd”, “ôdo”; Timbira Oriental: “hot”, “hôt”, referindo-se à sede no pontal formado pelos rios Araguaia e Tocantins.

Em relação à história da situação de contato dos Apinajé com a sociedade majoritária, Nimuendajú (1983, p. 1) assegura que os primeiros não indígenas a alcançar essas terras foram os Jesuítas Pe. Antônio Vieira, Francisco Velloso, Antônio Ribeiro e Pe. Manoel Nunes, por volta de 1633 a 1658, empreendendo quatro entradas rio Tocantins acima, com a finalidade de trazerem os indígenas para as aldeias do Pará. De acordo com Albuquerque (2007:21), a primeira das entradas a chegar ao território Apinayé foi realizada no ano de 1658 pelo Pe. Manoel Nunes, e contava com 450 índios e 45 soldados.

Nesse sentido, podemos afirmar que o contato dos Apinajé com a sociedade não-

indígena se consolida na segunda metade do século XVII, mais precisamente na década de 1650. Segundo Nimuendajú (1983), apesar de manterem relações prolongadas com a sociedade não-indígena, os Apinayé se distinguem destes por alguns traços que tendem a desaparecer. No caso masculino, são os cabelos que se apresentam maiores que os usados pelos sertanejos e os furos dos lóbulos das orelhas, muito embora esta prática seja encontrada somente nos homens mais velhos da comunidade. Já nas mulheres a característica mais forte é a vestimenta que deixa o busto descoberto (ALBUQUERQUE, 2007). Estas, por conseguinte, mantêm a tradição de vestirem essa parte do corpo apenas quando precisam se deslocar para os centros urbanos próximos, por exemplo, Tocantinópolis.

Com efeito, a história dos Apinajé está vinculada à história de Tocantinópolis, iniciando-se em 1818 com a chegada de Padres Jesuítas, para catequizar os Indígenas da região Norte do Brasil. No início do século XIX os primeiros Bandeirantes começaram a se fixar na região. Em 1858 o Município é emancipado, com o primeiro nome de Boa Vista do Tocantins. Em 1943, passa a chamar-se Tocantinópolis. No que tange à relação dos indígenas com a população urbana desta cidade, Roberto da Mata (1976) identifica um “Mundo Dividido”.

Em nossa pesquisa constatamos que os Apinajé são estigmatizados em Tocantinópolis, e

que existe certa intolerância quando se trata de receber os Indígenas nos estabelecimentos comerciais, e mesmo em suas andanças pelas ruas da cidade. Segundo Da Matta (1976), em Tocantinópolis há somente uma dezena de pessoas que os Apinayé classificam dentre os que “gostam de nós, isto é, gente que gosta de conversar com os índios e sempre oferece um café ou um agrado”. A cidade é, assim, uma unidade social vista corporativamente pelos Indígenas e “[...] isso é, sem nenhuma dúvida, uma consequência do caráter comunitário das relações que os habitantes de Tocantinópolis têm entre si” (DA MATTA, 1976, p. 54).

### 3.1. Aspectos da Língua Indígena Apinajé<sup>12</sup>

Nesta seção analisamos e descrevemos a ordem dos nomes, verbos e modificadores na Língua Indígena Apinajé. Segundo Albuquerque Partindo da classificação das consoantes adotada por Ham (1961, 1967, 1979), na ortografia empregada na língua Apinayé, os sons se assemelham aos sons em português e são representados pelas mesmas letras em ambas as línguas. Ademais, o alfabeto Apinajé é composto de doze consoante, dez vogais orais e seis vogais nasais

Consoantes: g, h, j, k, m, n, nh, p, r, t, w,

x

<sup>12</sup> Fonte: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Dicionário Escolar Apinayé/Francisco Edviges. Albuquerque – Belo Horizonte MG, Editora da Faculdade de Letras-UFMG, 80 p, 2010. Projeto do Dicionário Escolar Apinayé. Disponível: <http://www.laliuft.edu.br>.

Vogais Orais: a e ê i y à u ô o ÿ

Vogais Nasais: ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã

Pré-nasais: m n g

A pronúncia dos grafemas consonantais p, t, das vogais orais a, e, ê, i, o, ô, u, e das nasais ã, ã, ã, ã, ã é semelhante aos sons da língua portuguesa. Sua composição não distingue predicativo visto que possui os verbos chamados estativos. Os verbos em Apinayé ocupam posições estruturais de dois tipos, dependendo do modo de indicar o objeto, quando este vier implícito ou explícito. Do ponto de vista semântico, os verbos indicam em que estado os participantes nomeados na cláusula tomam parte e os nomes ocupam posição nuclear de sujeito, objeto direto e complemento de posposição. Quando possuídos, apresentam um prefixo relacional de contigüidade.

#### 3.1.1. Estrutura dos Nomes

De acordo com as categorias inerentes em Apinajé, verificamos a existência das seguintes categorias: a) estrutura de posse que pode ser vista tanto como inerente como relacional; b) a flexão de número; e (c), o marcador de grau. Esta última característica, nos empréstimos, de acordo Albuquerque (2009), vem ocorrendo como marca de nominalização. Quanto a estrutura de posse dos nomes em Apinayé, observamos a distinção de três classes de nomes, sendo que nomes não possuídos

designam nomes de pessoas, plantas ou fenômeno da natureza. Segundo Ferreira (2001), estes nomes não constituem núcleos de locuções genitivas, não sendo nunca precedidos de um possuidor. Por exemplo:

(01) Inho go /iŋo Ngo/

minha Rel-posses coisa agua minha agua

(02) anho rax /aŋo ratʃ/

sua Rel-posses coisa lata sua lata

(03) o kupĩp /o kupĩp /

dele Rel – posses coisa - esteira dele/dela

Para Ham (1979, p. 15), os substantivos que indicam partes do corpo ou pertences feitos pela própria pessoa, exigem um prefixo possessivo e não um pronome ou adjetivo possessivo. Porém, os estudos realizados por Wiesemann e Matos (1980, p. 70), apontam as classes de nomes de posse obrigatórias, que se referem a termos de parentesco ou parte do corpo; as facultativas se apresentam com objetos pessoais alienáveis, Já as vedadas se referem a nomes próprios ou fenômenos da natureza.

### 3.1.2. A flexão de número

A flexão de número em Apinajé se dá pelo acréscimo da partícula **mẽ** antes de nomes para marcar plural, enquanto que o singular e não marcado. Nesta língua, a flexão de número não se manifesta apenas nos nomes; afixam-se também a uma série de pronomes independentes e a prefixos anexados ao verbo coreferente com argumentos nucleares. Assim os prefixos

flexionais de **dual pa, pu** e **va**, bem como a partícula de plural **mẽ** anexam-se obrigatoriamente aos pronomes pessoais e aos nomes substantivos. Desta forma, se a partícula **mẽ** vier adicionada aos nomes, perde a dualidade e passa a ser apenas plural, conforme exemplos a seguir:

(01) pano /pandɔ/ nossos olhos (dual)

(02) pakuk /pakuk/ nossos rostos (dual)

(03) mẽpano /mẽpandɔ/ nossos olhos (plural)

(04) mẽpakuk / mẽpakuk/ nosso rostos (plural)

Segundo Ham (1979, p. 27), a língua Apinajé usa para as primeiras pessoas, palavras pronominais, que são exclusivas ou inclusivas em relação ao ouvinte. Sendo, portanto, a partícula **pa** exclusiva e **pu** inclusiva, incluindo a pessoa com quem se fala. Segundo essa autora, adicionando-se **mẽ** após **pu**, a frase perde a dualidade e passa a ser plural.

### 3.1.3. Estrutura do verbo

Os verbos em Apinajé se classificam em dois tipos, conforme seu número de argumentos: verbos transitivos e intransitivos. Do ponto de vista morfosintático, os verbos em Apinajé ocupam posição estrutural de dois tipos, dependendo do modo de indicar o objeto, se estiver implícito ou explícito. Já do ponto de vista semântico, os verbos, em termos de processo e definição, indicam em que estado ou

ação os participantes nomeados na clausula tomam parte. Para Koopman (1976), as relações entre um e outro participante, e entre estes e os processos, são definidos pelo papel de cada participante. Por isso os verbos em Apinajé apresentam as chamadas formas longas ou curtas. A forma longa ocorre somente quando o verbo for seguido de outras palavras na mesma frase; ao passo que na forma curta, o verbo aparece na posição final da frase.

Para Ham (1979), os verbos de primeira classe na forma longa, indicam através do sufixo que o objeto está implícito. Já na forma curta pode ser usado tanto com objeto explícito quanto com implícito.

### Considerações Finais

As línguas possuem muitos aspectos. Nesse sentido, a ordem sintática nas orações anteriores são: Sujeito-predicado-aspecto-sufixo-de-tempo, mas podem vir, como: complemento direto-sujeito-predicado-aspecto-sufixo de tempo-complemento de lugar ou complemento de tempo-sujeito-predicado-complemento direto-aspecto-sufixo de tempo. Dessa forma, a ordem básica Kokama é SVO e OVS, e possui especificidades da fala feminina em contraste com as especificidades da fala masculina.

No tocante à língua Apinayé, de acordo com as observações de Albuquerque (2011), os nomes e verbos apresentam características

próprias bem definidas. Os nomes apresentam características de posse, flexão de número e partícula marcadora de grau.

Assim, os verbos ocorrem no final de frase, seguidos por uma partícula de predicado ou tempo e não podem ocorrer com o sufixo nominal **-re** e **-ti**. Desta forma, possuem duas formas de raiz: a forma longa, que ocorre somente quando o verbo é seguido de outras palavras na mesma frase. Na forma curta, o verbo aparece em posição final da frase.

Outra constatação assegura que os verbos da primeira classe, mesmo na forma longa, indicam, através do prefixo, que o objeto está implícito. Já a forma curta é usada tanto com objeto explícito quanto com objeto implícito, quando as duas formas de prefixos ocorrerem. Por outro lado, observamos que os nomes em Apinayé ocupam posição nuclear de sujeito, objeto direto e complemento de posposição. Quando possuídos, apresentam obrigatoriamente um prefixo relacional de contiguidade.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **A ordem dos nomes, verbos e modificadores em Apinayé**. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Abralín. 2011.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Dicionário Escolar Apinayé/Francisco Edviges. Albuquerque – Belo Horizonte MG, Editora da Faculdade de Letras-UFMG, 80 p, 2010. Projeto do Dicionário Escolar Apinayé. Disponível: <http://www.laliuft.edu.br>.

- BRITO, Ana Maria e DUARTE, Inês. **Predicação e classes de predicadores verbais.** In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. Gramática da Língua Portuguesa. 5ª Edição. Ed. Caminho.
- CABRAL, Ana Suelly. **Contacta – induced language change in the Western Amazon: the non-genetic origin of the Kokama language.** Pittsburg: Univer. Of Pittsburg, 1995.p.415. (Tese de doutorado).
- FAUST, Norma. **Gramática Cocama: lecciones para el aprendizaje del Idioma Cocama.** Série Linguística Peruana, nº6. Ministério de Educación. Instituto Linguístico de Verano, 1972.
- HAM, P. H. Waller & L. Koopman. **Aspectos da Língua Apinayé.** Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1979.
- KOOPMAN, L. **Cláusulas Semânticas na Língua Apinayé.** Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1976.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Kokama. In: **Prêmios Culturais Indígenas.**- São Paulo: SESC SP, 2008.
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas Brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Ed.Loyola, 2010, p. 17-37.
- \_\_\_\_\_. Relações internas na Família linguística Tupi-Guarani. In: **Separata dos volumes XXVII/XXVIII, Revista de Antropologia.** São Paulo. 1984/1985.
- WIESEMANN, R. **Metodologia de Análise Gramatical.** Rio de Janeiro: Vozes, 1980